



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Fevereiro | 2018

Boletim Conjuntural

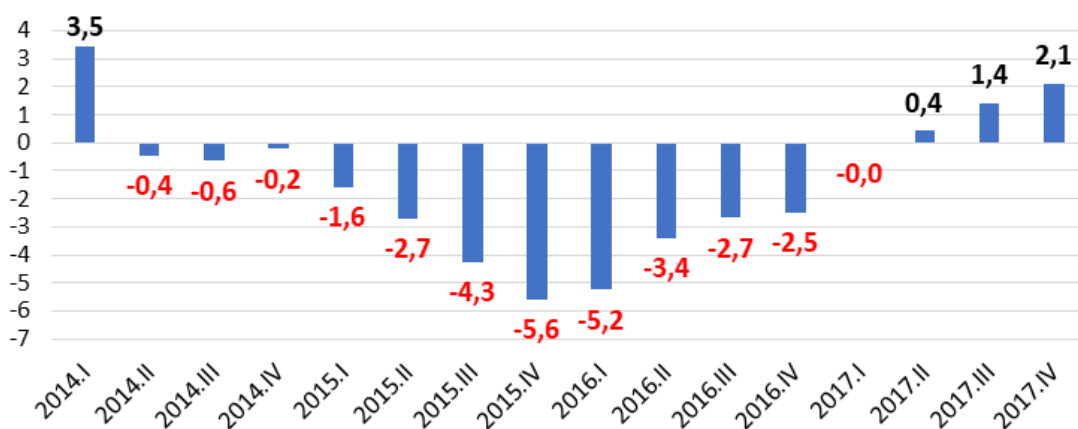
Fevereiro | 2018

1. CONJUNTURA NACIONAL

O ritmo de recuperação da economia brasileira continua seguindo um padrão relativamente modesto. Entretanto tal desempenho ganha maior significância quando contraposto ao que foi observado nos três anos anteriores: 2014, PIB praticamente estável (crescimento de 0,5%); 2015, queda de 3,8%; e, em 2016, declínio adicional de 3,6%. Diversos indicadores alimentam expectativas de uma retomada consistente de crescimento do País. Fatos fundamentais favoráveis a tal perspectiva são a trajetória de declínio da inflação e dos juros e uma melhoria do mercado de trabalho. Ademais, o agregado investimento, em rota declinante nos últimos anos, também veio a registrar resultados positivos nos últimos meses de 2017. Além disso, o mercado espera que a economia registre um crescimento mais significativo neste ano. Neste sentido, o último Boletim Focus (02/03/2018), do Banco Central, já traz estimativa de 2,90% de elevação do PIB em 2018 – quase o triplo do crescimento observado no ano passado.

Em contraposição a tal quadro, fatores oriundos do mundo da política permanecem como potencial foco desestabilizador, gerando tensões que podem afetar negativamente a economia. Dados esses fatos econômicos e políticos, pode ser atualizada – mantendo-se a série periódica do Boletim da Fecomércio – a trajetória da economia nesses anos de crise/recuperação, conforme informações referentes ao PIB trimestral (IBGE) – cotejo entre o nível de produto em determinado trimestre e o resultado alcançado no mesmo trimestre do ano anterior. Tais dados (**Gráfico 1**) mostram que o Produto Interno Bruto do País alcança estabilidade no 1º trimestre de 2017 e registra, no 2º trimestre deste ano, a primeira variação positiva (0,4%), que se intensifica no 3º trimestre (1,4%) e no quarto trimestre (2,1%). Os mencionados resultados positivos e crescentes dos dois últimos trimestres de 2017 explicam o crescimento no ano. Mantém-se, assim, a expectativa de que a economia do país, de fato, esteja em trajetória sustentável de recuperação.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 4º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)

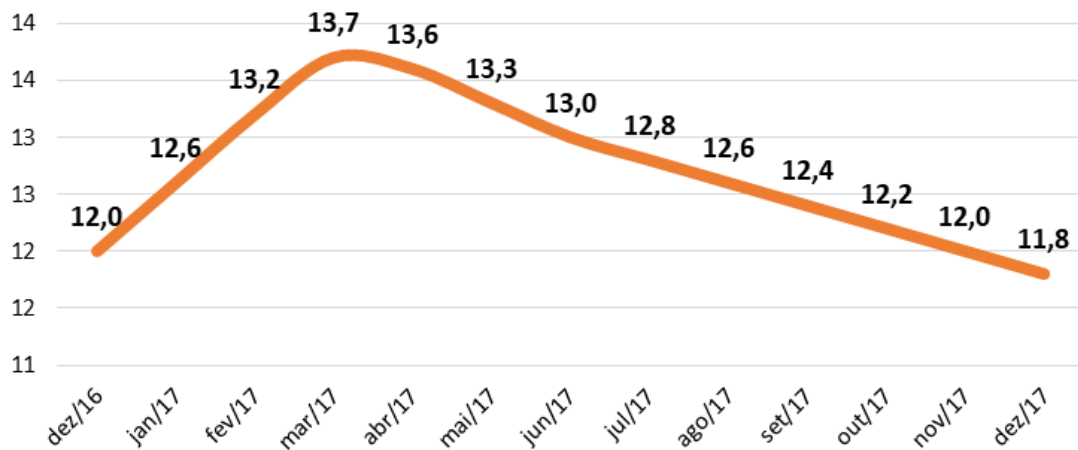


Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em associação com o caminho de recuperação da economia, o mercado de trabalho também vem evoluindo de forma positiva nos últimos trimestres. Informações recentes da PNAD Contínua/IBGE mostram que no trimestre out-nov-dez de 2017, a taxa de desemprego declinou para 11,8%, depois de ter atingido um nível máximo de 13,7% no primeiro trimestre, como ilustrado no **Gráfico 2**. Dessa forma, o número de desempregados registrado no último trimestre de 2017 é o mesmo observado no mesmo período de 2016: cerca de 12,3 milhões de pessoas. Apesar de constituir um número ainda bastante elevado, representa recuperação expressiva de postos de trabalho ao longo do ano: o contingente de desempregados, no primeiro trimestre de 2017, totalizava 14,2 milhões de

indivíduos. Portanto quase dois milhões de pessoas lograram se reinserir de alguma forma no mercado de trabalho. Permanece, no entanto, o traço circunstancial de que tal recuperação do mercado de trabalho se dá, primordialmente, via crescimento do contingente de trabalhadores informais, o que em geral se associa a ocupações de baixa remuneração e proteção social. Nessa contingência encontram-se pessoas que se engajam em trabalho autônomo nos segmentos de comércio e serviços; isso inclui o segmento de emprego doméstico, que tem recebido de volta vários daqueles, ou daquelas, que buscam sair de tal ocupação, e haviam alcançado postos de trabalho assalariado no comércio e nos serviços, inclusive em posição de atividade microempresarial.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - dezembro/2016 a dezembro/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto relevante é que, no ano de 2017, o número de admissões em postos formais de trabalho praticamente se iguala ao de demissões – saldo negativo de 20.832, quando em 2016, o saldo líquido de demissões havia sido de mais de 1,3 milhão de pessoas (**Tabela 1**). Portanto ainda não se tem conta de uma recuperação do mercado de trabalho formal, mas, em comparação com o saldo fortemente

negativo do ano anterior, pode-se estar atingindo um ponto de inflexão da curva, que – salvo eventuais intercorrências políticas ou da própria economia – estaria anunciando possível retorno ao estágio de geração líquida de novos postos de trabalho. Ademais, percebe-se que, excetuando-se a indústria, os demais setores já revelam saldos positivos: Agricultura, 37.004; Comércio, 40.087; e Serviços, 36.945.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal
janeiro-dezembro/2016, dezembro/2017 e janeiro-dezembro/2017

SUBSETOR	JAN/16-DEZ/16	DEZ/17	JAN/17-DEZ/17
Agropecuária	-14.188	-44.339	37.004
Indústria Extrativa	-11.909	-2.330	-5.868
Indústria de Transformação	-324.159	-110.255	-19.900
Alimentos e Bebidas	-36.549	-26.511	8.981
Química	-23.961	-15.056	1.785
Têxtil	-30.413	-20.798	2.679
Calçados	4.144	-14.399	-5.806
Outras	-237.380	-33.491	-27.539
SIUP	-12.789	-1.808	-4.557
Construção	-361.874	-52.157	-103.968
Comércio	-197.490	6.285	40.087
Serviços	-392.575	-107.535	36.945
Adm, técnicos e profissionais	-178.492	-19.434	37.571
Outros Serviços	-214.083	-88.101	-626
Administração Pública	-11.574	-16.400	-575
Total	-1.326.558	-328.539	-20.832

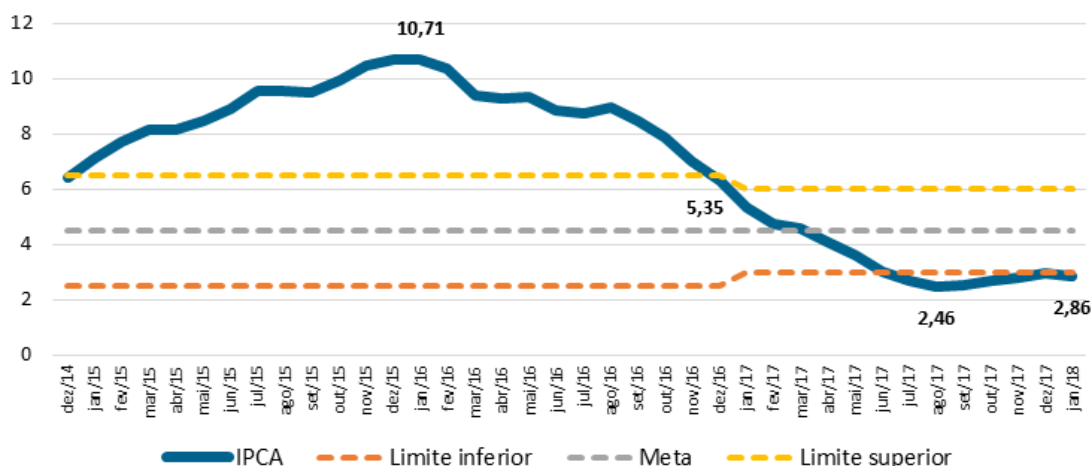
Fonte: Caged/MTE.

(*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até novembro/2017.

Adicione-se que, em dezembro de 2017, o IPCA - indicador de inflação de 12 meses - foi de 2,9%; um índice abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3%), fato inédito desde 1999, quando da instituição, no País, do regime de metas de inflação - **Gráfico 3**. Resultado que se repetiu em janeiro de 2018. Portanto a redução

da inflação é algo que contribui substancialmente para manter a trajetória declinante da taxa de juros e, conseqüentemente, para retomada mais significativa dos investimentos, do consumo das famílias, e para redução dos encargos da dívida pública.

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - dezembro/2014 a janeiro/2018

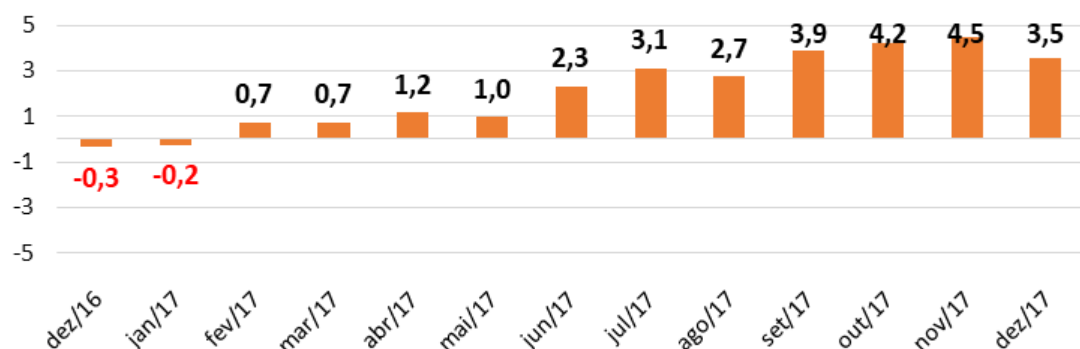


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

A permanência das trajetórias de recuo significativo da inflação e recuperação do mercado de trabalho atua no sentido de ampliar a massa real de salário, o que fortalece o potencial de consumo das famílias, componente que vem tendo papel importante na recuperação da economia, inclusive neste início de 2018. De

fato, a massa real de salários – fator básico para o aumento do consumo familiar – cresce continuamente desde o segundo mês de 2017 (ver **Gráfico 4**), conforme dados do IBGE. O decorrente fortalecimento do poder de compra das famílias fundamenta a recuperação do volume de vendas no varejo.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - dezembro/2016 a dezembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

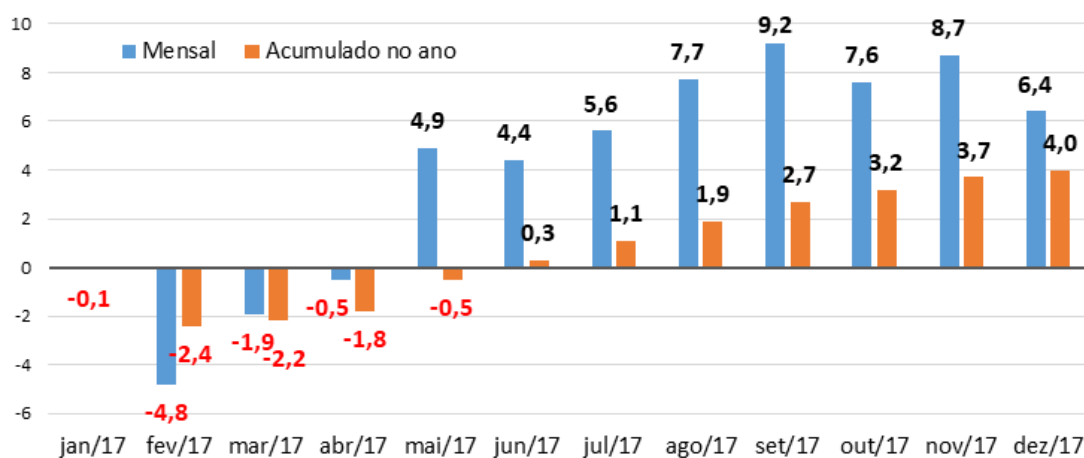
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Comércio varejista: desempenho positivo em 2017

O **Gráfico 5** traz informações que revelam crescimento do comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito. O comércio

varejista ampliado apresenta, no país, conforme o acumulado do ano (janeiro a dezembro), uma variação positiva de 4,0%. O resultado mensal de dezembro de 2017 também é positivo (6,4%), quando contraposto ao observado em igual mês de 2016. Assinale-se que, mês a mês, desde junho do ano passado, o varejo ampliado cresce, tanto conforme o resultado mensal quanto no que respeita ao acumulado do ano.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a dezembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)

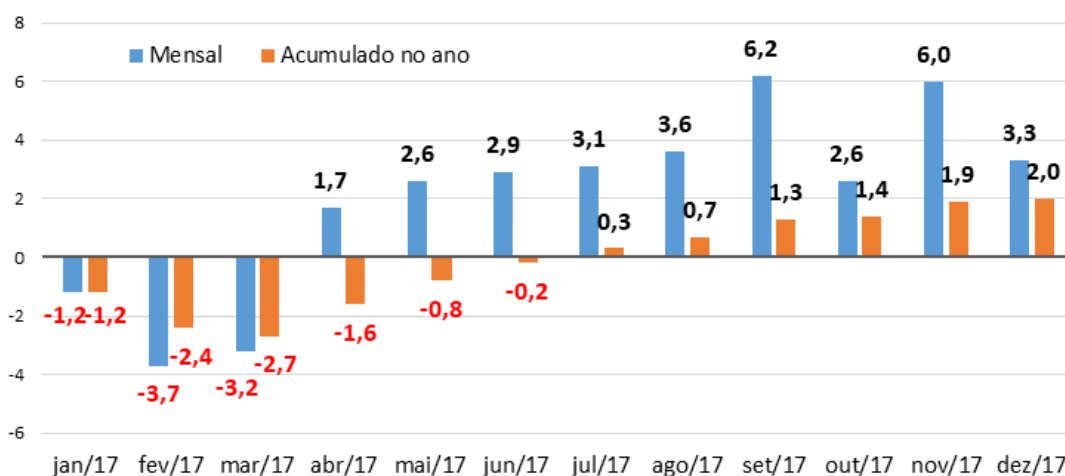


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao varejo restrito, cujo desempenho dos indicadores (acumulado e mensal) é ilustrado no **Gráfico 6**, verifica-se que o volume das vendas também cresce: 2,0% no acumulado e 3,3% no resultado mensal de dezembro. Ademais, também se observam variações

positivas crescentes no índice acumulado, nesse caso, a partir de julho. Trata-se de dados que inequivocamente indicam, particularmente no varejo ampliado, recuperação do comércio varejista para patamar superior ao observado para o conjunto da economia.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista, em % - janeiro/2017 a dezembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



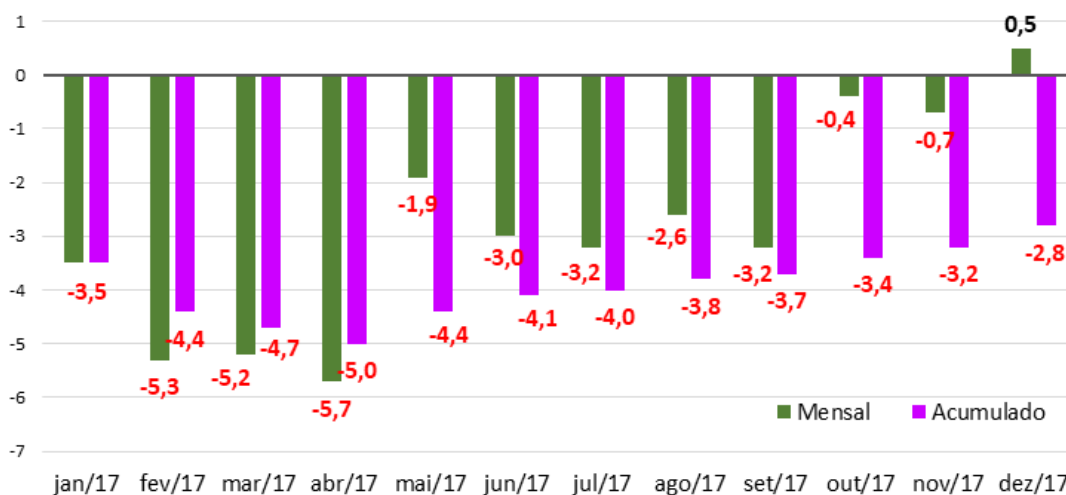
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Serviços nos meses finais de 2017: declínio menos acentuado

O prolongado período de recessão afetou negativamente o desempenho do segmento de prestação de serviços. Além de fortes elos com o setor industrial, os serviços também envolvem atividades diretamente vinculadas à demanda final representada pelas famílias. Entretanto saliente-se que ainda não foram registrados sinais que indiquem recuperação nesse segmento, destoando do que vem ocorrendo com o movimento agregado da economia brasileira e particularmente no âmbito do comércio varejista, embora já se vislumbre que um quadro melhor

venha a se dar neste início de 2018. O resultado acumulado do ano (janeiro a dezembro) permanece negativo (-2,8%), como mostra o **Gráfico 7**. Todavia, nota-se declínio menos intenso desde o quarto mês do ano de 2017. Considerado o volume mensal de negócios, o desempenho do segmento de prestação de serviços também é negativo e não possui trajetória definida, embora no último mês pesquisado (dezembro) se observe a única variação mensal positiva do ano (0,5%) – o que pode indicar o início de um processo de melhoria também no volume de prestação de serviços, caso esse último desempenho mensal se consolide ao longo de 2018.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2017 a dezembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Deve-se observar, no entanto, que o declínio menos acentuado dos serviços nos meses finais de 2017 poderia ser considerado fato alentador, haja vista que – no Brasil – o segmento de serviços tem significativa inércia, relativamente a outros setores da economia, em conjunturas de recuperação econômica. Mais do que em países desenvolvidos – em que diversos segmentos de serviços têm maior autonomia de funcionamento, inclusive por sua

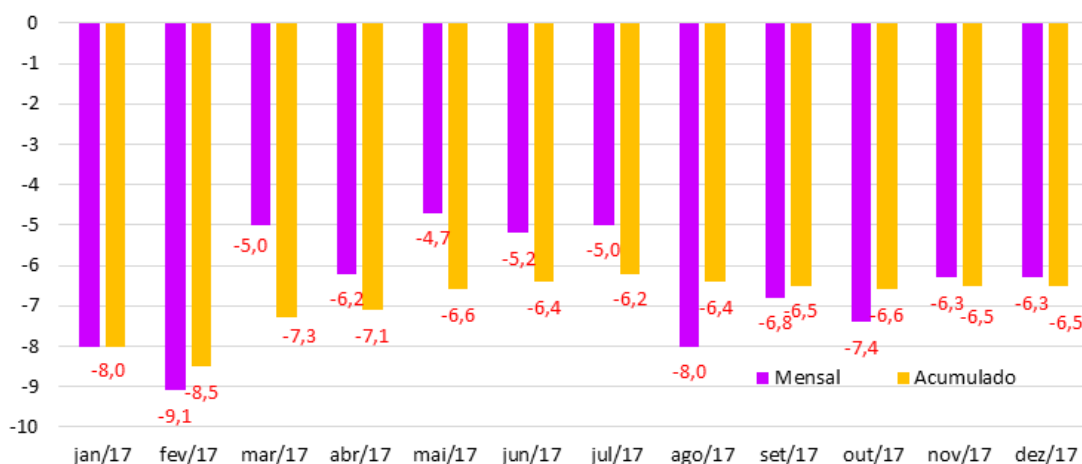
articulação com a demanda internacional (a exemplo de turismo, call centers, transporte) – no Brasil o segmento de serviços depende mais do papel indutor da dinâmica econômica dos setores industrial, do agronegócio e do comércio (interno e externo). Portanto desaceleração do ritmo recessivo nos serviços pode ser antevisão de retomada no âmbito desse segmento da economia, que tem importante participação na geração do PIB.

Forte declínio do volume de atividades turísticas em 2017

O conjunto de atividades vinculadas a turismo apresenta no ano de 2017, no âmbito do setor de prestação de serviços, variações negativas ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores mensal e acumulado, contrapostos a números referentes a iguais períodos de 2016 – **Gráfico 8**. O indicador acumulado,

que – a partir de fevereiro – revelou trajetória negativa, mas ligeiramente declinante, volta a se intensificar a partir de agosto, culminando com um declínio de 6,5% em dezembro. Por sua vez, o indicador mensal não assume trajetória definida, mas ao longo do ano os resultados são todos fortemente negativos, sendo de -6,3% a variação observada em dezembro.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a dezembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



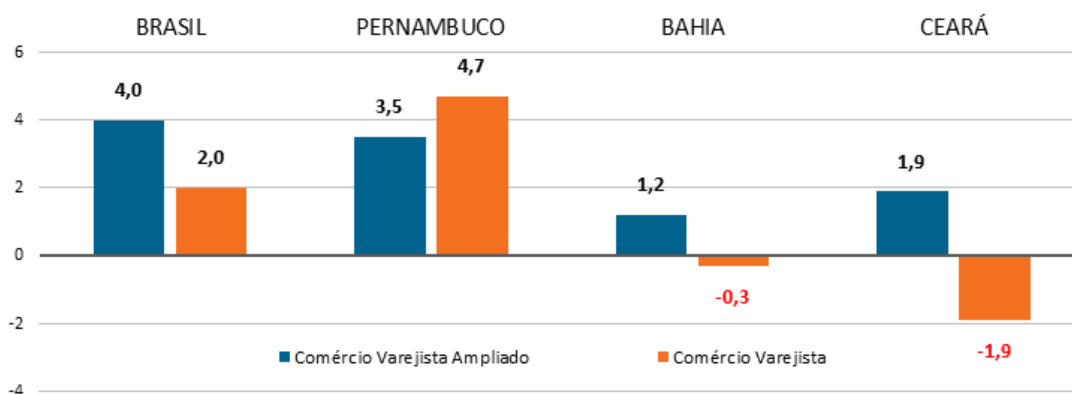
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM DEZEMBRO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista (ampliado e restrito) no resultado acumulado do ano (jan-dez 2017), comparativamente ao mesmo período de 2016, pode ser visualizado no **Gráfico 9**. São informações para o País como um todo e para os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – as três maiores economias do Nordeste. As variações do volume das vendas em Pernambuco (3,5% no varejo ampliado e 4,7% no restrito) são diferenciadas positivamente dentre os estados nordestinos incluídos na análise. Tais variações compreendem (varejo restrito e varejo ampliado, respectivamente): 1,2% e -0,3% na Bahia; 1,9% e -1,9% no Ceará. No País, observam-se as seguintes variações:

2,0% no varejo restrito e 4,0% no ampliado – portanto, desempenho positivo, mas também inferior ao do varejo restrito pernambucano, embora o crescimento do varejo ampliado no País seja um pouco maior do que o registrado para Pernambuco, por conta do bom desempenho do segmento de veículos, que tem maior peso relativo no âmbito nacional e do desempenho negativo mais forte do segmento de materiais de construção no nosso estado. Como mencionado, esses dois segmentos são incorporados ao varejo tradicional, formando o grupo de atividades que compõem o varejo ampliado.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-dezembro/2017 (base: janeiro-dezembro/2016)

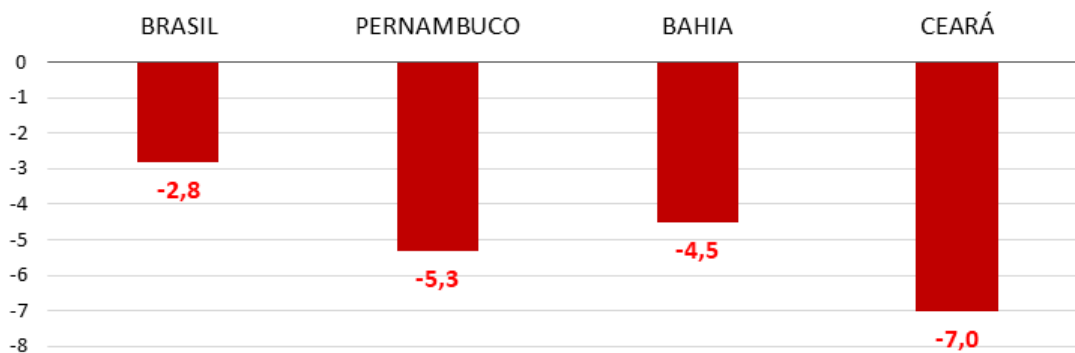


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao setor de prestação de serviços (**Gráfico 10**), o volume de negócios em Pernambuco se retrai (-5,3%), no resultado acumulado do ano (janeiro-dezembro de 2017 vis-à-vis o mesmo período de 2016). Ademais, o desempenho observado nos demais territórios, também é generalizadamente negativo: -4,5%

na Bahia; -7,0% no Ceará; -2,8% no Brasil. Nesse caso, em contraposição ao que se registrou para o comércio varejista, Pernambuco fica em posição desfavorável comparativamente ao País como um todo, por revelar decréscimo bem maior que o nacional, no segmento de prestação de serviços.

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-dezembro/2017 (base: mesmo período de 2016)

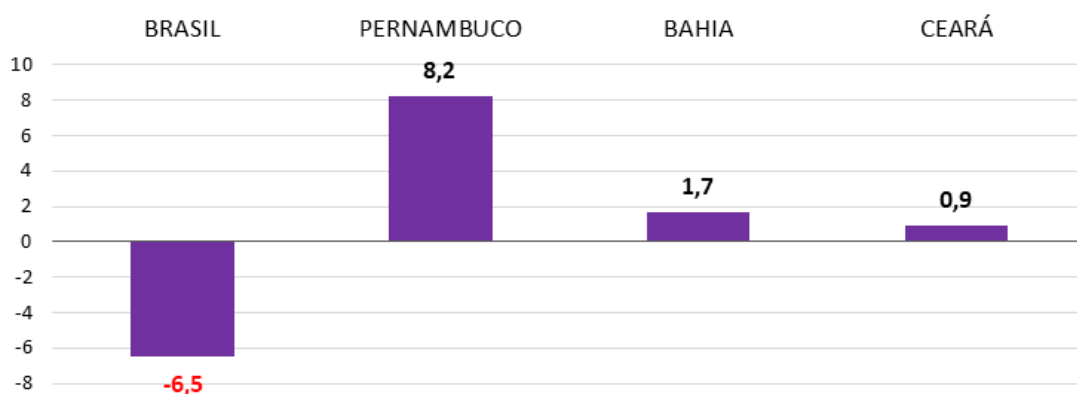


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por sua vez, o segmento de turismo é novamente particularizado – na prestação de serviços –, a exemplo do procedido na análise no âmbito do país. É ilustrado no **Gráfico 11** – que contém o indicador de desempenho acumulado no ano – que Pernambuco logra alcançar resultado positivo e bastante diferenciado, em contraposição ao País como um todo e aos estados do Ceará e da Bahia. De fato, o volume

de serviços de turismo cresce em Pernambuco 8,2% no acumulado do ano (janeiro a dezembro). Isso ocorre em um cenário em que o País ainda apresenta fortes quedas nesse importante segmento econômico (-6,5%), conforme o mesmo indicador. Os dados para o Ceará (0,9%) e Bahia (1,7%) também são positivos, mas em patamares inferiores aos apontados para Pernambuco.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-dezembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



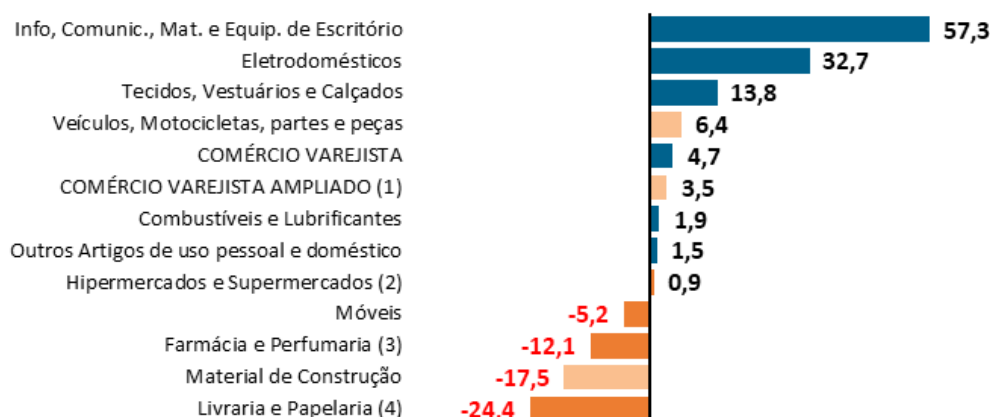
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

É mantido, nesta seção, procedimento habitual em todas as edições do Boletim Fecomércio-PE: incorpora-se detalhada composição do comércio e dos serviços segundo grupos de atividade. No caso do varejo, detalha-se a abordagem dual já utilizada, segundo atividades específicas. O **comércio varejista na acepção tradicional** engloba os seguintes componentes: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelarias; equipamentos e

materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Agregando-se a tal conjunto atividades comerciais referentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é definido o agregado comércio varejista ampliado. São assim sistematizadas no **Gráfico 12** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referente a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 12 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-dezembro/2017 (base: janeiro-dezembro/2016)

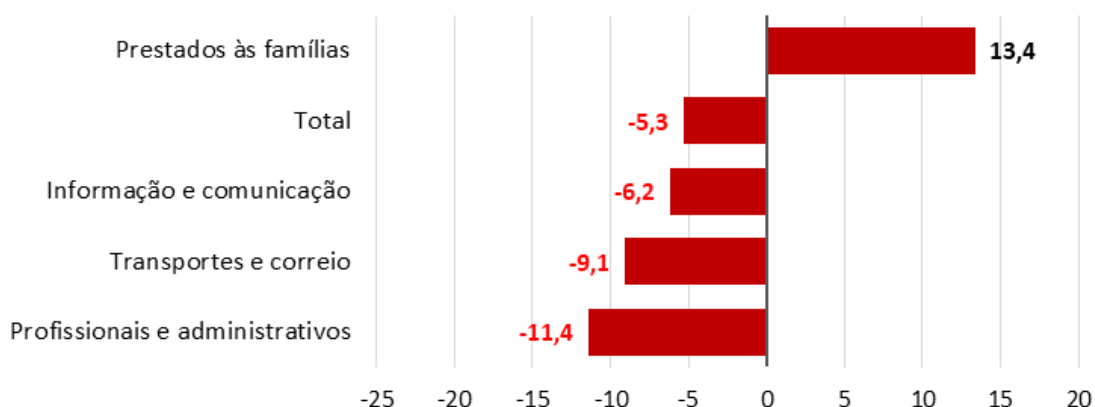


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Em termos globais, os resultados agregados são positivos: 4,7% no varejo restrito e 3,5% no ampliado. Ademais, percebe-se do gráfico que apenas quatro dos onze segmentos que compõem o comércio varejista ainda registram variações negativas, enquanto os demais (sete) registram variações positivas no resultado acumulado do ano de 2017. Entre esses, destacam-se: informática e comunicação equipamentos e materiais para escritório, (57,4%); eletrodomésticos (32,7%); tecidos, vestuários e calçados (13,8%). Entre os negativos: livraria e papelaria (-24,4%); material de construção (-17,5%); farmácia e perfumaria (-12,1%).

Por fim, observa-se ser quase generalizada, no segmento de prestação de serviços, a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse segmento. Com exceção de 'serviços prestados às famílias' (significativa variação positiva de 13,4% no resultado acumulado do ano), as demais atividades revelam desempenho negativo: 'transportes e correio' (-9,1%); 'serviços profissionais e administrativos' (-11,4%); e 'informação e comunicação' (-6,2%). Para o conjunto das atividades, a variação é negativa (-5,3%). Um quadro que permanece evidenciando uma defasagem, no tocante à recuperação da prestação de serviços, em contraposição ao que se observa no segmento de comércio.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-dezembro/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Consolida-se a visão de que a trajetória recente da economia brasileira é de lenta recuperação. Todavia é reconhecida a importância do fato de que recessão é passado. Importa agora o alcance e a intensidade desse processo de recuperação, que depende de reformas estruturais (principalmente a previdenciária e a tributária) passíveis de contribuir para se fortalecer o movimento de retomada da economia, tornando-o sustentável. Tem-se claro, no entanto, que barreiras políticas ainda rondam o ambiente econômico. Mas é imperativo se consolidar a retomada, via aceleração do ritmo de crescimento do PIB – para o que se dispõe dos vetores básicos representados por controle da inflação em patamar confortável e por taxa SELIC em um dos seus menores níveis históricos. Afinal, no encerramento de 2017 vê-se um país em situação econômica bem melhor que a experimentada desde 2014 e, particularmente, em 2015 e 2016.

O mercado de trabalho, em consonância com o quadro de recuperação econômica, revela gradual recuperação – ainda aquém do desejável, com significativa precarização dos

empregos, todavia com uma melhora, pela redução do contingente de desempregados e formação de saldos mais favoráveis de geração de empregos formais. As informações disponíveis permanecem revelando que tal recuperação do mercado de trabalho vem se processando com destacada contribuição da geração de ocupações informais. Isso é parte do alto custo social decorrente da extensa e profunda recessão.

Mas subsistem expectativas de que a retomada do crescimento da economia, mesmo lentamente, exerça influência positiva no ambiente econômico, alimentando possibilidades de sucesso de novos empreendimentos e de utilização de capacidade ociosa em setores que vêm se antecipando na recuperação, coerentemente com expansão da demanda – em função do crescimento no consumo das famílias.

Entretanto já se tem claro que subestimar o potencial da política de gerar obstáculos à consolidação da recuperação econômica é erro que não se deve cometer. É quase unânime o sentimento de que reformas estruturais – das quais a previdenciária e a tributária, ensaiadas

em vários governos no passado, estão entre as mais urgentes – envolvem curto e médio prazo e concernem a diversos aspectos institucionais que podem tornar mais fluido e mais eficiente o funcionamento da economia.

No plano mais imediato, a atual intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro – até o final deste ano – traz impedimento legal a tramitação de propostas que alterem a Constituição Federal no âmbito do Congresso. Assim, mudanças constitucionais fundamentais para nova institucionalidade econômica em diversas áreas ganham mais tempo de postergação. E isso se choca com a urgência de expressiva redução do enorme déficit fiscal do setor público. Alimenta-se a visão de que se torna mais difícil implementar práticas de controle efetivo do gasto público e de racionalidade na utilização de recursos escassos. Trata-se de um problema para o qual estados e municípios, vários em situação fiscal que desafia preceitos básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal, enfrentam grandes dificuldades. Tal contingência

faz com que agências internacionais de classificação de risco soberano rebaixem a nota de crédito do Brasil, como ocorreu recentemente. Um fator adverso importante, pela implicação de dificultar e encarecer a captação de recursos no Exterior, por parte de potenciais investidores com projetos de empreender no país.

Por fim, não se deve deixar de lembrar o fato de se estar em ano eleitoral, o que tende a impor maiores restrições a iniciativas bem-sucedidas de reformas não constitucionais, o que inclui temáticas associadas a privatizações, algumas das quais já em curso.

Portanto, a crise fiscal do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais permanecem como desafios para o futuro governo, demandando medidas associadas à disposição política e à determinação de se evitar perpetuação de perda de oportunidades de reformas que venham a melhorar o ambiente institucional e de investimentos no País.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais. 4º Trimestre/2017.

Pesquisa Mensal do Comércio.
dezembro/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços.
dezembro/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. dezembro/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. janeiro/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** dezembro/2017

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Glauce Dias

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

